



Repensar a Atratividade Regional na **Região Centro** de Portugal

CÓPIA DE LANÇAMENTO



Co-funded by
the European Union

SOBRE A OCDE

A OCDE é uma organização intergovernamental multidisciplinar de 38 países membros que envolve no seu trabalho um número crescente de não-membros de todas as regiões do mundo. A principal missão da organização, hoje em dia, é ajudar os governos a trabalharem em conjunto para uma economia global mais forte, mais limpa e mais justa. Através da sua rede de 250 comités e grupos de trabalho especializados, a OCDE proporciona um cenário onde os governos comparam experiências políticas, procuram respostas a problemas comuns, identificam boas práticas e coordenam as políticas nacionais e internacionais. Mais informações disponíveis: www.oecd.org.

SOBRE O CENTRO DE ENTREPRENSÃO, PMEs, REGIÕES E CIDADES

O Centro ajuda os governos locais, regionais e nacionais a libertar o potencial dos empresários e das pequenas e médias empresas, a promover regiões e cidades inclusivas e sustentáveis, a impulsionar a criação de emprego local e a implementar políticas de turismo sólidas. Mais informações: www.oecd.org/cfe/

Este documento, assim como quaisquer dados e mapas aqui incluídos, não prejudicam o estatuto ou soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e fronteiras internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

© OCDE 2023

Este documento é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos aqui utilizados não refletem necessariamente os pontos de vista oficiais dos países membros da OCDE. O documento e qualquer mapa aqui incluído não prejudicam o estatuto ou soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e fronteiras internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área. A utilização desta obra, seja digital ou impressa, é regida pelos Termos e Condições que se encontram em <https://www.oecd.org/termsandconditions>.

Repensar a Atratividade Regional na Região Centro de Portugal

2022



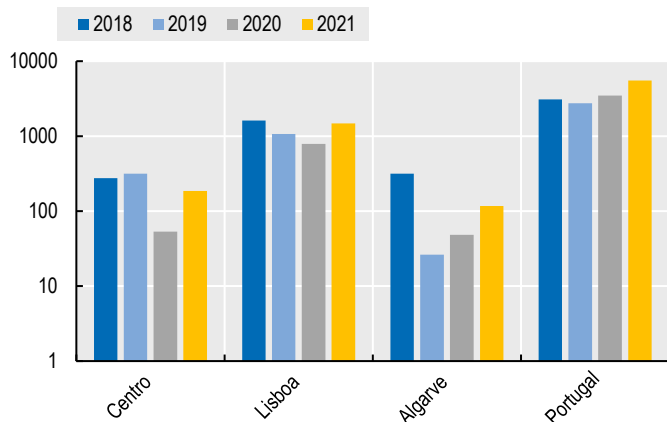
O impacto da crise COVID-19, agravado pelas consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e das megatendências existentes (por exemplo, alterações climáticas, globalização, digitalização e alterações demográficas), continua a produzir efeitos assimétricos dentro e entre países e regiões, com o âmbito e escala a depender das suas características específicas.

O trabalho da OCDE para repensar as políticas de atratividade regional no novo ambiente global, é realizado com o apoio da Comissão Europeia (DG REGIO) e é uma atividade prioritária do Comité da Política de Desenvolvimento Regional (RDPC). Trabalhando estreitamente com 15 regiões em 5 países membros da OCDE (Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Suécia), pretende ajudar os decisores políticos, regionais e nacionais, a compreender melhor a posição das regiões num contexto global em evolução, incluindo os desafios e as oportunidades emergentes, e identificar os instrumentos políticos à sua disposição para aumentar a atratividade das regiões para os principais grupos-alvo internacionais de investidores (incluindo exportadores), talentos e visitantes. Ao fazê-lo, procura apoiar a transição das regiões para novas políticas de desenvolvimento territorial que promovam o desenvolvimento inclusivo, sustentável e resistente, reforçando ao mesmo tempo a atratividade regional.



4 | Um retrato da Região Centro no mundo

IDE Novas Instalações por Região, despesas em milhões de USD (escala logarítmica)

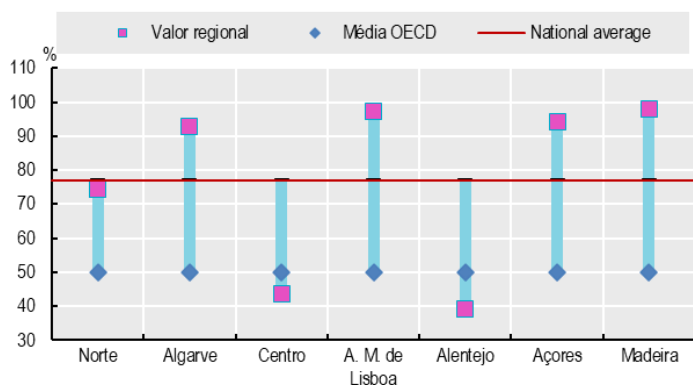


Nota: A base de dados do mercado de IDE inclui apenas investimentos internos declarados greenfield.

Fonte: Cálculos da OCDE baseados na base de dados do mercado de IDE, 2022.

Entre 2018 e 2019, o Centro foi uma das poucas regiões portuguesas a conseguir um aumento do IDE (+15,2% a 316m USD), após um investimento de 111m USD na indústria mineira. Devido principalmente à COVID-19 e subsequentes perturbações na cadeia de abastecimento, a quota do IDE diminuiu acentuadamente em 2020 (-83,2% para 53 milhões de USD). Verificou-se uma forte recuperação em 2021 (+247,9% para 185,1m USD), após grandes investimentos em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) de TIC (121m USD) e no setor da indústria automóvel (41m USD). Isto supera as tendências a nível mundial, bem como os fluxos globais de IDE da OCDE e da UE (Greenfield), que foram globalmente consistentes, entre 2018 e 2019, antes de caírem em 2020, em mais de 70% na UE e cerca de 50% nos países da OCDE, e em cerca de um terço, a nível mundial. Embora ainda não tenha atingido os níveis pré-pandémicos, a Região está a avançar no IDE, no entanto, dada a atual instabilidade geopolítica, deva ser mantida uma certa cautela.

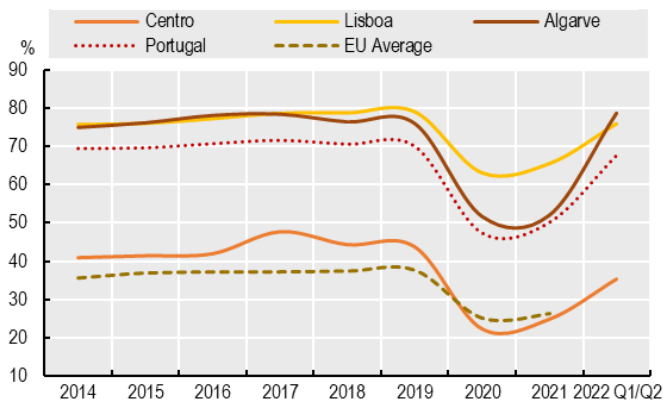
Participação de energias renováveis na produção de electricidade, 2019



Fonte: Base de dados ambiental da OCDE (2022); regiões da OCDE (TL2)

A Região Centro tem um potencial significativo de eletricidade renovável em várias formas, incluindo energia hídrica, eólica, solar, biocombustíveis, energia oceânica, geotérmica, biomassa e biogás. De facto, a capacidade eólica instalada tem aumentado nos últimos anos, posicionando os distritos de Viseu e Coimbra entre os dois distritos com melhor desempenho em Portugal. (Endogenous Energies of Portugal, 2021). Além disso, a região foi responsável por 50% da produção eólica nacional em 2022. (DGEG, 2022). De momento, a participação de energias renováveis na produção de eletricidade (44%) do Centro está abaixo tanto da média da OCDE (50%) como da média portuguesa (77%). Os investimentos estratégicos no setor das energias renováveis podem continuar a contribuir para atingir os objetivos nacionais em matéria de clima e energia, atraindo investidores, construindo competitividade e melhorando a qualidade de vida.

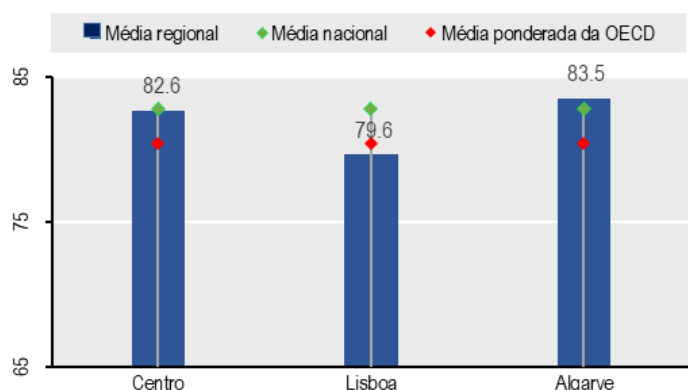
Percentagem de noites passadas por turistas estrangeiros em estabelecimentos de alojamento



Fonte: Cálculos da OCDE baseados no Instituto Nacional de Estatística (2022); Eurostat (2021)

Entre 2014 e 2017, o Centro registou um ligeiro, mas constante aumento (para 48%) na percentagem de noites passadas por visitantes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento, seguido de um ligeiro declínio até 2019 (44%). O choque sem precedentes na economia do turismo causado pela crise da COVID-19 em 2020, levou a uma queda de 22 pontos percentuais na percentagem de noites passadas por turistas estrangeiros, que passou para 22% - um valor muito abaixo da média nacional de 47% e da média europeia de 27%. O Centro registou uma recuperação mais lenta quando comparado com outras regiões portuguesas, com a percentagem do total de noites a subir para 36% nos primeiros seis meses de 2022. O principal mercado de entrada em 2019 era a Espanha, com mais de um quarto das noites de visitantes internacionais. (Statistics Portugal, 2020), subindo para 34% em 2021 (Statistics Portugal, 2022₍₄₎).

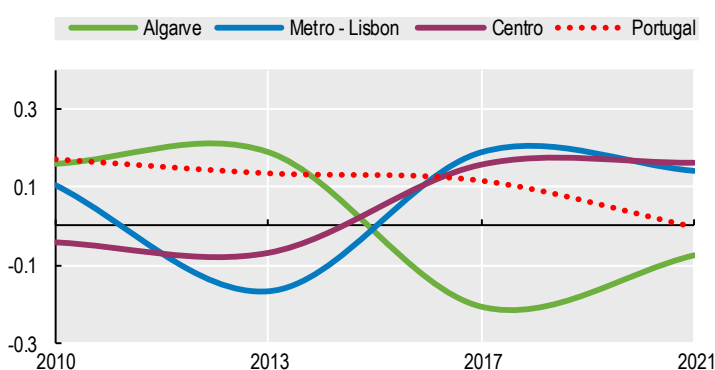
Comparação inter-regional sobre oportunidades de vida social (% da população satisfeita com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos)



Nota: Média nos anos 2016-2020
Fonte: Sondagem Mundial Gallup

As interações sociais são um fator significativo para a satisfação da vida e bem-estar geral dos residentes (OCDE, 2020). Os indicadores que captam a participação em atividades sociais podem ajudar a medir o capital social regional e podem ilustrar uma importante relação entre níveis mais elevados de bem-estar social e crescimento económico regional. No Centro, 83% da população indicou que está satisfeita com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos, tendo um bom desempenho contra a média ponderada da OCDE (80%) e a média nacional (83%). Este resultado indica que a região está bem colocada para proporcionar uma diversidade de oportunidades de vida social suscetível de aumentar o bem-estar e o sentimento de pertença, com impactos positivos na atratividade da região como local para investir, viver e visitar.

Índice Europeu da Qualidade do Governo

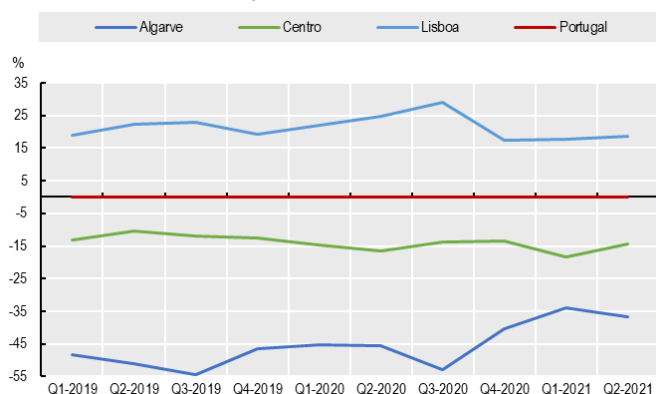


Nota : A média da UE é representada pelo eixo horizontal (linha zero). Os valores negativos significam que o EQI regional está abaixo da média da UE.
Fonte: Universidade de Gotemburgo

O Índice Europeu de Qualidade do Governo (EQI) capta, a nível regional, as perceções e experiências dos cidadãos em relação à corrupção, qualidade e imparcialidade de três serviços públicos essenciais – saúde, educação, e segurança. Entre 2013 e 2017, a pontuação do EQI no Centro aumentou consideravelmente, ultrapassando as médias da UE e de Portugal. A pontuação manteve-se relativamente estável até 2021, mas mais uma vez, bem acima das médias da UE e de Portugal. A perceção da qualidade do governo pode ter sérias implicações para a confiança no governo, bem como para a atratividade regional. Pode influenciar as decisões de potenciais investidores e talentos na escolha de um destino para criar uma empresa ou constituir uma família.

Velocidade de download a nível regional

velocidade de descarregamento como um desvio percentual da média nacional



Fonte: Cálculos da OCDE baseados na base de dados Ookla; 2021; regiões TL2 da OCDE

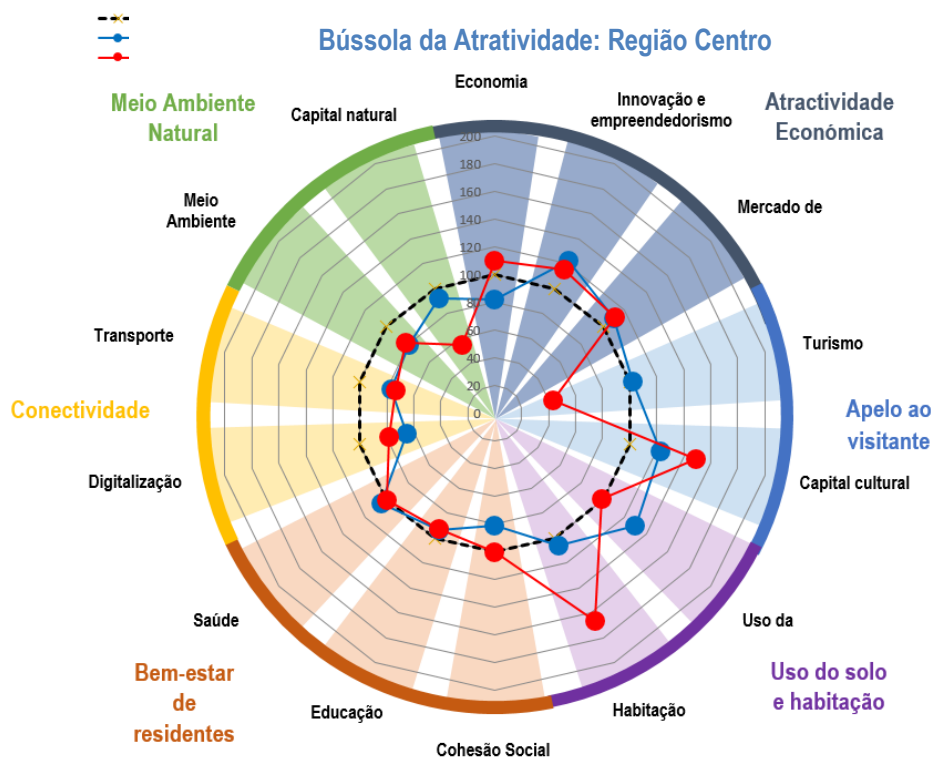
O acesso a ligações rápidas e fiáveis à Internet é um fator-chave para atrair investidores, talentos - trabalhadores remotos e nómadas digitais em particular - e visitantes. Na frente da digitalização, as velocidades de *download* no Centro têm-se mantido consistentemente em cerca de 15% abaixo da média nacional, nos últimos anos, indicando a possibilidade de melhorias. Embora as velocidades globais tenham vindo a aumentar, existem disparidades significativas entre municípios do interior e do litoral, particularmente nas zonas rurais. (ANACOM, 2021). A melhoria da velocidade de *download* também complementa diretamente as oportunidades para a região redefinir a atratividade dos municípios, freguesias, e zonas rurais.

Perfil de atratividade: Região Centro

A capacidade do Centro em proporcionar diversas oportunidades de vida social, elevados níveis de perceção de qualidade de governo e a elevada concentração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em novas instalações são motores positivos do desenvolvimento regional. O aproveitamento destes ativos e outros pode ajudar a aumentar a atratividade da região e a equilibrar melhor o desenvolvimento territorial do Centro.

Antes de considerar os instrumentos de política disponíveis para aumentar a atratividade de uma região para grupos-alvo internacionais (investidores, talentos, visitantes), é importante compreender primeiro a posição da região no mundo. Para tal, a OCDE considera quatro famílias de ligações internacionais: negócios (por exemplo, projetos de IDE, comércio, emprego em negócios controlados por estrangeiros, etc.), humanos (migração, e visitantes), conhecimento (estudantes internacionais, I&D, patentes) e infraestruturas (banda larga, portos, aeroportos, estações). No caso do Centro, na frente **empresarial**, está globalmente integrado com uma **taxa de abertura comercial** de mais de 50% - uma medida das importações e exportações da região, em percentagem do PIB regional - acima tanto da UE (47,4%) como da média nacional (35,6%). Em termos de **infraestruturas**, a região destaca-se com um forte **desempenho do transporte aéreo** devido à sua proximidade a aeroportos internacionais em regiões vizinhas como o Norte e Lisboa; em média, os residentes na região podem aceder a mais de 258 voos diários únicos de passageiros em 90 minutos de carro, ultrapassando regiões da UE e da OCDE. No que diz respeito às ligações **humanas**, e em particular à presença de visitantes, a região regista atrasos com menos noites passadas por km² (151) do que na maioria das regiões da UE (1.126). Finalmente, nas ligações de **Conhecimento**, o Centro publica o segundo maior número de **copublicações científicas internacionais** (1.790) em Portugal, uma pontuação acima da média da UE (1.126) e das regiões portuguesas (1.357) em 2021.

A abordagem inovadora e multidimensional da OCDE para avaliar a atratividade regional considera o envolvimento global para além das ligações internacionais e dos fatores puramente económicos. No total, a metodologia considera mais de 50 indicadores para desenvolver perfis de atratividade regional, cobrindo 14 dimensões de atratividade, em seis domínios (Atratividade económica, Conectividade, Apelo ao visitante, Meio Ambiente natural, Bem-estar de residentes, Uso do solo e Habitação).



Fonte: Base de dados da OCDE sobre Medição da Atratividade das Regiões; todas as estatísticas da Base de Dados Regional da OCDE, salvo indicação em contrário.

Atratividade económica: Apesar do Centro demonstrar um desempenho relativamente baixo em relação às regiões da UE na dimensão económica, o seu desempenho é razoavelmente bom em relação aos seus homólogos portugueses, incluindo em termos de diversificação económica, uma medida que tem em conta a distribuição do emprego. No entanto, encontra-se entre as regiões com desempenho mais baixo em comparação com a média da OCDE, UE e Portugal em termos de PIB per capita e Valor Acrescentado Bruto por trabalhador. Quanto à dimensão inovação e empreendedorismo, que considera a percentagem de pessoal empregado em I&D, o Centro (mais de 2,35%) excede outras regiões da UE (1,9%) e da OCDE (1,6%). As especializações económicas regionais são diversas, desde as áreas industriais tradicionais (materiais cerâmicos e vidro; silvicultura e os produtos resultantes, como a pasta de papel; ou indústrias agroalimentares) a atividades de base tecnológica mais recente (metalurgia de base e fabrico de maquinaria e equipamento; moldes; ou indústrias de plásticos) ou intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, novos materiais, saúde, industrial e conceção de produtos) (CCDR-Centro, 2020). Uma economia altamente diversificada é uma vantagem clara para melhorar o sistema de inovação do Centro e aumentar a sua atratividade para investidores e talentos estrangeiros, que poderia ser melhor explorada através do reforço do tecido empresarial existente e da procura de uma maior produtividade.

Apelo ao Visitante: Na dimensão do turismo, o desempenho do Centro está ao nível da mediana da UE, embora a pandemia da COVID-19 tenha trazido novas oportunidades de turismo para a região, especialmente em termos de destinos rurais. A sua carteira diversificada inclui turismo natural, religioso, sol e mar, gastronómico, de saúde e bem-estar (termal). Em particular, a Região tem força no património cultural e alberga quatro sítios classificados como Património Mundial da UNESCO, que representam uma vantagem significativa em termos de atratividade turística. Apesar disso, a percentagem de emprego nas indústrias culturais e criativas (0,84%) é inferior à da UE (1,14%) e às médias da OCDE (1,30%). O património cultural e a presença de uma economia criativa ativa podem contribuir para melhorar a qualidade de vida, e como tal aumentar a atratividade territorial não só para o talento, mas também para os investidores e visitantes.

Conectividade: As pontuações de digitalização e transporte estão abaixo da mediana da UE, salientando a necessidade de abordagens coerentes e abrangentes para enfrentar os desafios da política de infraestruturas nestas dimensões. De facto, cerca de 77,6% da população tem acesso à Internet de alta velocidade, uma pontuação com bom desempenho – ainda que abaixo da média da UE (85%). No desempenho rodoviário e ferroviário (medidas de acessibilidade e proximidade), o Centro tem um desempenho acima da média da UE e da OCDE na componente rodoviária, mas bem abaixo da média na componente ferroviária. Por exemplo, o número de habitantes alcançável por via ferroviária em 90 minutos é apenas 0,7 por 100 habitantes próximos (num raio de 120 km), um valor muito abaixo da média da UE (4 por 100) e da OCDE (5 por 100). A falta de acesso ao transporte público refletir na baixa satisfação com a qualidade do transporte público (47,08%), particularmente quando comparado com a média dos países da UE (60%).

Uso do solo e Habitação: No Centro, os residentes gastam muito menos do seu rendimento (9,7%) em habitação do que a média da UE (25%), mas apenas uma pequena parte da população considera que tem dinheiro suficiente para habitação (12%) e ligeiramente menos de metade das pessoas (46%) estão satisfeitas com a acessibilidade da habitação, o que pode ser explicado por diferentes fatores (por exemplo, disponibilidade de habitação, preço da habitação ou deterioração). Ao avaliar a dimensão de uso do solo, é importante compreender que uma pontuação mais elevada representa níveis mais elevados de desenvolvimento e de preços. A percentagem de áreas convertidas em superfícies artificiais entre 2004-2019 (1,3%) está acima das médias da UE (0,64%) e da OCDE (0,73%), sugerindo que a região tem dependido mais de novas áreas para projetos e investimentos do que da reabilitação de áreas industriais abandonadas. Embora isto possa ser ilustrativo do dinamismo económico, também pode ter consequências ambientais na Região, incluindo perda de habitat, deslocação de flora e fauna e perda de espaços verdes. Da mesma forma, uma pontuação baixa pode, de facto, ilustrar uma oportunidade económica inexplorada e/ou um ambiente natural de alta qualidade (por exemplo, áreas com melhor qualidade do ar, redução do ruído, e maior biodiversidade). Uma análise mais aprofundada desta dimensão ajudaria a compreender melhor o contexto local e as disparidades no Centro.

Bem-estar dos residentes: O Centro está ligeiramente abaixo da mediana portuguesa em relação à dimensão da educação. O acesso a serviços públicos essenciais, como a saúde, é baixo. Embora o número de médicos per capita (5 por 1000 habitantes) seja superior tanto à média da UE (4) como da OCDE (3), a distância de acesso aos serviços hospitalares de maternidade e obstetrícia (76 km) é superior a 20 km acima da média de Portugal. O Centro beneficia da presença de instituições terciárias de alta qualidade, com duas universidades incluídas no [ranking das 500 Melhores do Mundo](#). No entanto, a baixa percentagem da população com educação terciária (28,9%) e as distâncias até às escolas primárias (3 km) e secundárias (5 km) são indicativas da pontuação mais baixa em educação. Finalmente, apesar de uma elevada percentagem da população se sentir

segura a caminhar à noite (80,6%) e satisfeita com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos (82,7%), a coesão social continua a ser a dimensão de desempenho mais baixo neste domínio, particularmente realçada pela satisfação da população com a vida (5,48 na escala Gallup de 1 a 10) em comparação com a UE (6,51) e a OCDE (6,53). Ainda assim, um inquérito recente do Centro mostra que 72% dos residentes na região se consideravam globalmente satisfeitos com a sua vida (CCDR-Centro, 2022). Com dados que indicam uma importante relação entre níveis mais elevados de bem-estar social e crescimento económico regional, este facto justifica fortemente os investimentos em áreas políticas que fomentam a coesão social. (Muringani, Fitjar, & Rodríguez-Pose, 2021).

Ambiente natural: O desempenho do Centro neste domínio indica que ainda há espaço para melhorias. Na dimensão do capital natural, a taxa de cobertura arbórea do Centro (53%) está acima da média nacional, e a sua evolução está acima das médias da OCDE e da UE. No entanto, no que concerne às emissões de gases com efeito de estufa produzidas pela indústria dos transportes (2,36 toneladas de equivalente CO₂ per capita), a Região não tem um desempenho tão positivo como as regiões da OCDE (2,02 toneladas) e da UE (1,96 toneladas). Além disso, a percentagem relativamente pequena da população que declara estar satisfeita com os esforços para preservar o ambiente (menos de 50%) e a baixa percentagem de resíduos municipais reciclados (cerca de 45%) são indicativos da pontuação mais reduzida em fatores de atratividade ambiental. Estes números indicam possivelmente a necessidade de melhores respostas políticas para salvaguardar o ambiente e apoiar o crescimento verde como alavancas para aumentar a atratividade regional.

Da recuperação à resiliência

A abordagem aos desafios estruturais e às disparidades intrarregionais reforçadas pela pandemia é fundamental para aumentar a atratividade do Centro. Embora o Produto Interno Bruto (PIB) tenha diminuído em todas as regiões portuguesas em 2020, o Centro registou a menor diminuição do PIB entre as regiões portuguesas. A sua economia diversificada tem potencial para aumentar a resiliência da região e pode ajudar a sustentar o crescimento económico a longo prazo. Embora o Centro esteja a recuperar rapidamente dos efeitos da pandemia em termos de IDE interno, crescendo mais de 247% em 2021, as taxas não voltaram aos níveis pré-pandémicos. A participação de energias renováveis na produção de eletricidade está abaixo da média portuguesa, mas ligeiramente acima da média quando comparada com as regiões da OCDE e da UE, apresentando uma área para o Centro melhorar, apoiando a transição da energia verde em Portugal. O desempenho das ligações fixas à Internet é também um desafio na região. Em Junho de 2022, o Centro ilustrou velocidades de *download* cerca de 19% mais lentas do que a média nacional, com disparidades entre os municípios do interior e do litoral.

Apesar destes desafios, o Centro demonstrou resiliência e introduziu respostas políticas para conter, a curto prazo, as consequências económicas e, a longo prazo, proporcionar alívio e promover a recuperação. Neste contexto, a [Estratégia Portugal 2030](#) compreende quatro Agendas Temáticas¹, abordando os principais desafios para permitir um crescimento sustentável e inclusivo para a próxima década. Para o conseguir a nível regional, a [Visão Estratégica para a Região Centro 2030](#) oferece uma estratégia abrangente para cada uma das 8 sub-regiões do Centro, que quando implementada poderia aumentar a atratividade das áreas menos povoadas do interior, para investidores, talentos e visitantes. Ao mesmo tempo, a [Estratégia de Especialização Inteligente \(RIS3\) do Centro](#) visa impulsionar o desenvolvimento social, ambiental e económico do território, identificando prioridades de investigação e inovação para assegurar a transição social, digital e ecológica, promovendo ao mesmo tempo a cooperação entre os diferentes níveis de governo. Através destas estratégias, o Centro está a identificar os principais motores para melhorar a sua posição nas cadeias de valor globais (por exemplo, nova localização de empresas) e a procurar oportunidades para ligações rurais-urbanas mais fortes.

Além disso, a agressão da Rússia na Ucrânia tem colocado dificuldades adicionais aos países da Europa, uma vez que estes procuram recuperar dos impactos económicos da pandemia. Embora Portugal não esteja imune, é atualmente um dos países menos expostos aos efeitos da guerra, principalmente devido às suas relações comerciais limitadas com a Ucrânia e a Rússia. (European Commission, 2022_[10]). As áreas de exposição incluem as importações de gás natural liquefeito da Rússia, que representaram 16,6% do total das importações nacionais, e as importações de milho e óleo de girassol da Ucrânia, que representaram 34,7% e 31,2% do total das importações em 2021, respetivamente (Duarte and Belejo Correia, 2022_[11]). As consequências dos elevados preços internacionais da energia e dos produtos alimentares estão a fazer-se sentir em todo o país, colocando

¹ Ao abrigo da Estratégia Portugal 2030, as quatro Agendas Temáticas incluem: Agenda 1 - Prioridade às Pessoas: melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; Agenda 2 - Inovação, digitalização e competências como motores do desenvolvimento, Agenda 3 - Transição climática e sustentabilidade dos recursos, Agenda 4 - Um país externamente competitivo e coeso a nível interno

uma pressão descendente sobre o rendimento familiar, as despesas e as taxas de poupança, e tornando ainda mais necessário o acesso a transportes eficientes em termos energéticos, como o ferroviário.

A Região Centro identificou, através da *Visão Estratégica para a Região Centro 2030*, várias ações políticas para **reforçar a sua capacidade de exportação, intensificar o empreendedorismo de base tecnológica e aumentar a atratividade dos projetos de IDE**. No entanto, a ausência de uma infraestrutura ferroviária competitiva em comparação com as regiões da OCDE e da UE, particularmente ligando a região a outras grandes cidades de Portugal e Espanha, bem como as infraestruturas e instalações subdesenvolvidas do Porto de Aveiro, poderiam servir de obstáculo para atrair o IDE e aumentar a atratividade da região para os exportadores. Também, o Centro enfrenta desafios demográficos como o despovoamento rural e o envelhecimento da população, sendo os municípios do interior os mais vulneráveis da região. Estas e outras tendências demográficas têm implicações importantes para a força de trabalho da Região, enfraquecendo a vitalidade económica e o crescimento da produtividade laboral, que desacelerou entre 2019 e 2020. (Statistics Portugal, 2022). Para responder a estes desafios demográficos, foram implementados diferentes programas, tais como o Programa de Valorização do Interior (PVI), a Estratégia Comum para o Desenvolvimento Transfronteiriço, e o **Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos** (PROVERE). Além disso, as autoridades regionais beneficiam da iniciativa nacional **Mais Emprego Interior Mais**, que fornece subsídios de deslocalização para trabalhadores (incluindo trabalhadores à distância) e empresários que se deslocalizam para territórios selecionados no interior.

Em termos de atratividade de talentos, o Centro enfrenta significativas disparidades intrarregionais. A perda de jovens numa região caracterizada pela migração para o exterior e por uma taxa de natalidade em declínio coloca uma pressão adicional sobre os municípios mais pequenos do interior nos seus esforços para manter os serviços públicos essenciais e impulsionar a atividade económica e produtiva. A OCDE reconhece que, tendo em conta o efeito das alterações demográficas dentro das regiões, é necessário colmatar as lacunas de "qualidade e acesso" e melhorar a prestação de serviços públicos. (OECD, 2022^[13]). A introdução de medidas políticas para melhor alinhar as tendências demográficas com a prestação de serviços públicos poderia ajudar o governo regional a identificar as necessidades dos municípios interiores e costeiros.

Atrair e reter talentos é essencial para alcançar as metas estabelecidas pela Visão Estratégica para a Região Centro 2030 e a estratégia RIS3 do Centro. No âmbito da estratégia RIS3 do Centro, as autoridades regionais encorajam a criação de laboratórios de colaboração a nível local e um programa de mobilização regional para promover a interação entre associações empresariais e instituições de ensino superior. Estão em desenvolvimento projetos que visam minimizar a falta de profissionais qualificados em áreas tecnológicas e o despovoamento das regiões do interior, tais como "Belmonte Connect", que inclui a criação de um centro de desenvolvimento tecnológico e empregos para profissionais portugueses e estrangeiros, e "Fundão - Terra de Acolhimento", que pretende desenvolver o primeiro parque agrotecnológico ibérico em parceria com a Extremadura, na Espanha. Esses projetos podem aumentar a atratividade para talentos e investidores nestes territórios. Por exemplo, o município do Fundão está também a utilizar um **conjunto de políticas locais** para atrair investidores e talentos, tais como o Plano de Inovação, o Espaço Empresarial, a CoWork Fundão, a Bolsa de Imóveis e a iniciativa **#MoveToFundao**. A requalificação da população adulta é também uma prioridade, de modo a acompanhar as rápidas mudanças nas exigências de competências, em particular na digitalização e automatização. Em Portugal, as políticas ativas do mercado de trabalho têm aumentado o acesso à formação nos últimos anos, mas os gastos por desempregado permanecem baixos e existe uma visível inadequação entre a procura por parte dos empregadores e a capacidade de atrair talentos e trabalhadores escassos para os empregos anunciados. (OCDE, 2021). Alinhar a oferta educacional com as prioridades de emprego regionais poderia fomentar a inovação e a produtividade, proporcionando o intercâmbio de conhecimentos e o aproveitamento de oportunidades. O Centro poderia se inspirar com o exemplo da estratégia T-25 da Norrbotten (Suécia) (Caixa.1), uma iniciativa regional que visa aos recém-licenciados e da população ativa da região, oferecendo ao mesmo tempo soluções de alojamento para os interessados.

Caixa.1. Atraindo talento: Projeto Norrbotten's (Suécia) T-25

Em 2019, regiões no Norte da Suécia lançaram um projeto-piloto de atração para responder a grandes investimentos industriais e à conseqüente necessidade de coordenação entre múltiplos atores, incluindo: as Regiões de Norrbotten e Västerbotten, a Universidade de Tecnologia de Luleå, o Conselho do Condado de Norrbotten, o Conselho de Visitantes da Lapónia Sueca e muitos outros. Foi atribuído um total de 112,5 milhões de SEK (10,6 milhões de euros) para o projeto, dos quais 54% são atribuídos à Região de Norrbotten e 46% à Região de Västerbotten. O Governo sueco financia metade do orçamento de Norrbotten através de financiamento regional 1:1, enquanto Västerbotten recebe cerca de 40% do financiamento do Município de Skellefteå e cerca de 12% através do Governo sueco e o restante através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

O projeto visa atrair e reter talentos, realizando simultaneamente esforços de marketing territorial com iniciativas de desenvolvimento de capacidades nos territórios de acolhimento. Assim, os atores locais e os municípios devem ser capazes de planear e gerir o que a indústria exige, nomeadamente em termos de acesso a competências, energia e infraestruturas. Embora a maioria dos estabelecimentos seja orientada para a tecnologia, a iniciativa procura reter uma vasta gama de competências, tirando partido dos talentos nacionais e internacionais. Como tal, o projeto apoia iniciativas de colaboração emergentes em matéria de marketing e desenvolvimento de capacidades. Estas incluem:

- Identificar internacionalmente talentos através da utilização da tecnologia AI: empregando métodos de recolha de dados das organizações de gestão de destinos do país.
- Testar as mensagens de atratividade dos municípios: estudantes da Universidade de Tecnologia de Luleå vêm aos municípios de Norrbotten para ouvir e avaliar a sua narrativa de atratividade.

Finalmente, a estratégia também introduz medidas para garantir o acesso à habitação, à escola e ao emprego para os membros da família acompanhante.

Fonte: Universidade de Tecnologia Luleå (3 de Março de 2021), "[Recorde de investimentos no norte e o importante papel da Universidade na oferta de competências](#)", Blog do vice-reitor, (acedido a 15 de Novembro de 2022).

Num esforço para diversificar ainda mais a sua economia, o [Centro identificou o turismo como uma das áreas económicas para o estabelecimento de novos aglomerados de empresas](#). A região está concentrada na promoção do Centro como um destino turístico competitivo e sustentável, identificando simultaneamente respostas políticas eficazes para gerir as pressões demográficas nas zonas rurais. Neste sentido, PROVERE (Caixa .2) tem sido essencial para a região a fim de reduzir os efeitos da "interioridade" ou do "despovoamento", aproveitando recursos eminentemente territoriais que podem desencadear atividades sustentáveis e inovadoras, muitas das quais estão relacionadas com o turismo ativo, cultural, patrimonial e natural. Por exemplo, a iniciativa "iNatureza" está a reforçar a capacidade de inovação do turismo de natureza para diversificar a oferta regional, criando empregos e reforçando o empreendedorismo, e o projeto "Aldeias Históricas" está a ajudar a revitalizar as aldeias através do turismo cultural, regeneração urbana e patrimonial, educação, desenvolvimento empresarial e incentivos aos investidores no setor do turismo. O programa proporcionou uma avaliação qualitativa destas iniciativas mas falta uma avaliação em termos de atração de investimento, talento e visitantes. Além disso, a criação de uma marca regional que valorize os produtos locais e o valor das rotas culturais tem sido parte integrante das estratégias incluídas no [Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Centro 2020-2030](#), que apresenta o turismo como um setor estratégico fundamental e acolhe favoravelmente a ideia de transformar a economia regional através da abertura de novas vias de crescimento. O Plano está alinhado com a [Estratégia Nacional de Turismo de 2027](#) e fornece um esboço detalhado das iniciativas que irão reforçar a indústria turística do Centro, identificando potenciais mercados-alvo que possam estar interessados em produtos turísticos (por exemplo, jovens adultos, famílias, empresas empresariais) e fixando objetivos para cada iniciativa.

Caixa .2. Programa para a Melhoria Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)

O programa PROVERE é uma estratégia de desenvolvimento económico regional lançada em 2009 que visa especificamente os municípios menos povoados da Região. O seu objetivo é reforçar a competitividade do Centro através da promoção de atividades económicas inovadoras baseadas em recursos endógenos que visem o investimento, a exportação e os visitantes.

Durante o ciclo 2019-2021, 4 estratégias PROVERE foram postas em prática:

1. *Rede de Aldeias Históricas de Portugal*: contribui para o desenvolvimento sustentável de 12 aldeias históricas localizadas no interior. Um dos principais objetivos desta iniciativa é atrair talento e criar um ambiente empresarial propício ao empreendedorismo.
2. *Aumentar o valor das termas do Centro*: visa reforçar a oferta de termas da região, permitindo uma maior interação entre os operadores e uma maior divulgação da marca *Termas Centro*.
3. *Rede das Aldeias do Xisto*: melhora a paisagem cultural das aldeias do Xisto através da criação de uma marca territorial e estabelece uma plataforma de cooperação intermunicipal, promovendo uma comunicação eficaz entre entidades públicas e privadas.
4. *Natureza - Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*: promove o turismo verde em parques regionais e áreas protegidas e facilita a criação de emprego e novas oportunidades de negócio.

Um total de 21 milhões de euros foi atribuído à estratégia, apoiada pelo Programa Operacional Centro 2020. A avaliação do programa PROVERE 2016-2018 permitiu tomar decisões sobre os projetos a prosseguir no ciclo seguinte 2019-2021. A maioria dos resultados desta avaliação sublinhou o impacto positivo desta política: fornecer ideias inovadoras para promover novas atividades na região, contribuir para reforçar as ligações humanas e encorajar a criação de empresas. Todas elas são essenciais para combater o despovoamento nas zonas rurais através da implementação de estratégias de atratividade.

Fonte: CENTRO 2020 (2021), "[PROVERE: Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos](#)" (acedido a 19 de Julho de 2022).

Melhorar os mecanismos de governação e coordenação a vários níveis

Portugal tem um sistema de três níveis de governos subnacionais, composto por regiões (duas Regiões Autónomas), municípios e freguesias. A região administrativa do Centro está dividida em 8 Comunidades Intermunicipais (CIM), compostas por 100 municípios e 972 freguesias. O sistema português de governação é altamente centralizado, e a fim de coordenar os serviços do governo central (por exemplo, desenvolvimento regional, ambiente, energia) a nível regional, o governo nacional criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em 2003. Estes organismos regionais "desconcentrados" têm autonomia administrativa e financeira e desempenham um papel ativo na gestão dos programas operacionais regionais dos fundos estruturais da UE. Num esforço para impulsionar a cooperação intermunicipal, o governo nacional tomou medidas para reforçar a tomada de decisões a nível subnacional, transferindo competências adicionais (por exemplo, na educação, habitação, transportes) para as autoridades locais e as CIM. Além disso, está em curso uma nova reforma para reforçar as responsabilidades das CCDR até 2024. Este processo prevê a transferência de competências nas áreas relacionadas com a economia, cultura, educação, saúde, conservação da natureza e florestas, planeamento espacial, infraestruturas, formação profissional, e agricultura e pescas (Governo de Portugal, 2022). Contudo, continua a não ser claro como as CCDR financiarão as suas novas responsabilidades e como interagirão com os organismos intermunicipais.

Os principais objetivos de tais reformas são gerar economias de escala na prestação de serviços públicos e apoiar o desenvolvimento e implementação de estratégias integradas de desenvolvimento regional que tenham em conta as ligações urbano-rural. As tendências de regionalização aumentam a necessidade de coordenação entre os níveis governamentais e a necessidade de clarificação em torno das responsabilidades e da atribuição de competências, a fim de evitar duplicações e/ou sobreposições. Os benefícios potenciais dependem do sistema na sua totalidade, incluindo a capacidade adequada dos governos nacionais, e subnacionais, a responsabilização

da tomada de decisões públicas nacionais, regionais e locais e a presença de condições de enquadramento sólidas (OCDE, 2019)¹. Uma vez que Portugal está a empreender estas reformas territoriais através não só da implementação de um processo de desconcentração administrativa, mas também de uma recente redefinição dos perímetros NUTS II e NUTS III, este tópico é ainda mais relevante, particularmente tendo em conta os desafios para a governação a vários níveis e regional no Centro.

Alguns territórios NUTS III na zona da CCDR LVT fazem parte de um sistema híbrido, uma vez que dependem também de outras autoridades regionais (CCDR Centro e CCDR Alentejo²) para vários fins, tais como fundos de coesão política, ordenamento do território e algumas políticas setoriais como a saúde e a agricultura. Neste sistema, a "geografia para financiar" projetos e investimentos é diferente da "geografia do ordenamento do território". Por exemplo, o planeamento espacial da região de Lisboa e Vale do Tejo inclui quatro zonas NUTS III: AML (Área Metropolitana de Lisboa), Oeste, Médio Tejo, e Lezíria do Tejo. Contudo, o Oeste e o Médio Tejo estão incluídos no financiamento da Região Centro (Política de Coesão), enquanto que a Lezíria do Tejo está incluída na Região do Alentejo. Como resultado, o financiamento de investimentos no âmbito da Política de Coesão no Oeste e Médio Tejo (e Lezíria do Tejo) é da responsabilidade da CCDR Centro em conjunto com a CCDR Alentejo, que não são, no entanto, responsáveis pelo planeamento espacial destas NUTS. Em contrapartida, os fundos de coesão da CCDR LVT estão limitados aos investimentos na AML. Esta complexidade acrescenta à entropia o risco de haver responsabilização insuficiente no quadro institucional para cada região.

Além disso, apesar do papel das CCDR no desenvolvimento e implementação da estratégia regional, os seus recursos humanos e capacidade técnica para gerir a prestação de serviços públicos regionais e o desenvolvimento regional global podem ser limitados. As CCDR enfrentam geralmente desafios organizacionais que impedem o compromisso e a implementação de abordagens estratégicas e intersetoriais de longo prazo para o desenvolvimento regional. A reforma também tem em conta o processo em curso para atribuir novas competências às CIM e a necessidade de expandir o seu papel. Têm de existir formas precisas de garantir que este processo não levará a mandatos não financiados. Esta questão pode ser relacionada com a volatilidade das bases tributárias municipais e a incerteza da capacidade de despesa relativa a compromissos plurianuais. A clarificação das atribuições entre as CCDR e as CIM é também necessária para evitar duplicações e permitir uma ação pública intersetorial à escala relevante. (OECD, 2020^[17]), particularmente considerando a possibilidade das CIM participarem na gestão de fundos regionais.

A fim de atrair eficazmente talentos, investidores e visitantes, a CCDR Centro está a trabalhar para comunicar melhor com entidades públicas e partes interessadas do setor privado para identificar boas práticas e políticas que abordem os desafios económicos, sociais e ambientais do novo ambiente global. No entanto, certos desafios surgem, tanto de uma perspetiva de governação a vários níveis como de atratividade regional. Tal como ocorre em outras regiões portuguesas (OCDE, 2020), os municípios do Centro variam substancialmente na sua capacidade de gerar receitas, criando diferenças na sua capacidade fiscal, administrativa, e estratégica. Os municípios localizados nas zonas costeiras, por exemplo, têm níveis de receitas por habitante mais elevados do que os municípios do interior. Estas dinâmicas territoriais diversas refletem-se também no Programa Operacional do Centro (2014-2020), apoiado por financiamento da UE que representam um investimento elegível de 376 milhões de euros. Por exemplo, até Agosto de 2022, foram aprovados 1.560 projetos ao abrigo do programa, no entanto, a maioria destes projetos estão localizados em zonas costeiras (CCDR Centro, 2022^[19]). No entanto, foram tomadas diferentes iniciativas para atrair investidores para as zonas interiores e reduzir estas discrepâncias (por exemplo, chamadas públicas dedicadas para atrair empresas para as zonas interiores). Este tipo de ação é necessário para abordar as disparidades significativas dentro da Região Centro. O reforço das capacidades subnacionais e dos mecanismos de coordenação deve ser uma prioridade para melhor territorializar as políticas de atração e a capacidade dos governos e funcionários subnacionais eleitos, para conceber e implementar políticas que apoiem o crescimento económico inclusivo e resistente. O atual processo de descentralização em Portugal poderia beneficiar de um exame da atratividade regional para grupos-alvo chave (talentos, investidores e visitantes), como forma de integrar estratégias coerentes à escala relevante.

Além disso, o financiamento da UE tem sido fundamental para reforçar o desenvolvimento regional no Centro, e complementar a capacidade do governo português para assegurar investimentos públicos e apoiar as autoridades locais através do orçamento nacional. Ao abrigo do *Mecanismo de Recuperação e Resiliência da UE* (RRF), [Portugal receberá uma dotação financeira de 16.6 mil milhões de euros durante o período 2021-2026](#)

² A região do Alentejo é uma das sete regiões TL2 de Portugal. A região tem cinco comunidades intermunicipais (CIM) e 58 municípios, incluindo a sua principal cidade, Évora (Alentejo Central). A região faz fronteira com a Extremadura e Andaluzia (Espanha) a Este, o Oceano Atlântico e a Área Metropolitana de Lisboa a Oeste, Algarve a Sul e Região Centro a Norte. Com 704 934 habitantes, o Alentejo é a quarta região TL2 portuguesa em termos de população. (OECD, 2022^[37])

(13,9 mil milhões de euros em subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos). Esta resposta sem precedentes visa reforçar a coesão económica e social na UE, e pode ser vista como oportunidade para o Centro melhorar o seu perfil de internacionalização e a sua atratividade para grupos-alvo (investidores, talentos e visitantes), com as estratégias integradas adequadas, recursos humanos e técnicos para o fazer. Contudo, a região ainda enfrenta problemas para financiar a manutenção dos investimentos planeados, o que interfere negativamente no planeamento de infraestrutura e no envolvimento, a longo prazo, dos recursos humanos públicos, em particular nos municípios com recursos humanos e técnicos limitados. Além disso, as autoridades locais tendem a dar prioridade a projetos elegíveis para financiamento da UE, muitas vezes em detrimento de outros projetos que possam contribuir para resolver outras preocupações (por exemplo, investir em habitação acessível e de qualidade para atrair talentos). O novo papel das CCDR pretende reforçar a sua capacidade de absorver, gerir e despender fundos da UE. No entanto, o impacto da reforma permanece pouco claro e deveria ser melhor avaliado através da clarificação da implementação. Além disso, o âmbito do planeamento estratégico e do financiamento deve ser articulado entre diferentes instituições com objetivos diferentes atuando nas mesmas sub-regiões do Oeste e Médio Tejo, de acordo com a lógica da recente reformulação do perímetro geográfico NUTS (coerência das regiões para efeitos de planeamento e financiamento da UE).

Considerações políticas

As seguintes considerações políticas destinam-se a ajudar os decisores políticos a aumentar o impacto das estratégias de atratividade da Região Centro face aos investidores, talentos e visitantes, e a fornecer orientação para melhorar os quadros de governação a vários níveis e os mecanismos de coordenação.

- **Reforçar o investimento na acessibilidade e proximidade a serviços de interesse geral, para além de melhorar as infraestrutura (nomeadamente o desenvolvimento ferroviário), a cultura e a conectividade.** Isto poderia favorecer a retenção de talentos locais e atrair grupos-alvo internacionais - investidores, talentos e visitantes. Tornar a educação e a saúde acessíveis de forma mais equilibrada poderia aumentar a competitividade regional. Por exemplo, estabelecer centros de saúde multidisciplinares, incentivar médicos a localizarem-se em áreas específicas, aumentar os aglomerados escolares e integrar escolas com outros serviços públicos são ações que poderiam aumentar a atração e retenção em áreas de baixa densidade e despovoamento. Melhorar a conectividade associada à estratégia de teletrabalho poderia incentivar a localização de funcionários públicos em comunidades mais pequenas. A criação de capacidade de exportação, nomeadamente por desenvolvimento do Porto de Aveiro e de serviço ativo de transporte ferroviário de mercadorias para Espanha (via Salamanca), poderia melhorar as ligações de infraestrutura regionais, impulsionar as exportações e apoiar a atratividade da região para potenciais investidores.
- **Fornecer apoio financeiro público (por exemplo, através de subsídios de deslocalização, bolsas de estudo e empréstimos) e incentivos à permanência na região, assegurando ao mesmo tempo educação e formação profissional de qualidade.** Como resultado, as gerações mais jovens poderiam ter a possibilidade de continuar os estudos e encontrar emprego estável e de alta qualidade. Uma maior colaboração entre estabelecimentos de ensino superior, prestadores de formação e empregadores poderia facilitar a atualização de jovens e adultos em resposta às necessidades do mercado de trabalho em rápida mutação e à evolução das lacunas de competências. Deve ser dada especial atenção aos que vivem em áreas de baixa densidade populacional para facilitar o acesso à formação em relação ao investimento setorial local.
- **Tomar medidas para continuar a diversificar os mercados de origem internacional e atrair mais visitantes domésticos e de pequeno curso.** O estabelecimento de um mecanismo de governação para gerir responsabilidades conjuntas de atratividade do setor turístico (por exemplo, marca regional, transportes, ambiente) poderia favorecer economias de escala para aumentar a eficiência, promovendo simultaneamente as zonas rurais, as cidades de pequena e média dimensão e as grandes zonas urbanas.
- **Consolidar o quadro institucional de governação multinível e regional.** Considerando o atual processo de descentralização e redesenho dos perímetros geográficos das regiões estatísticas (NUTS III), deve ser dada especial atenção à governação a vários níveis e regional, em particular entre a Região Centro e a Região de Lisboa e Vale do Tejo (bem como a Região do Alentejo). O diálogo entre as partes interessadas e a adoção de objetivos convergentes são necessários para garantir que o orçamento atribuído ao desenvolvimento regional seja utilizado para investimentos em larga escala em vez de ser segmentado em múltiplos projetos, o que, em contrapartida, apoiará a atratividade da região face aos investidores, talentos e visitantes.

Nota

Os dados em que estes gráficos se baseiam provêm de várias fontes diferentes. A maior parte é extraída da base de dados da OCDE e do EUROSTAT assegurando que a mesma fonte é utilizada para o maior número possível de países e regiões. Onde e quando faltam dados, estes são extraídos de bases de dados disponíveis através dos serviços nacionais de estatística. Para algumas dimensões, os dados provêm de bases de dados específicas, tais como a base de dados Ookla para indicadores ligados à digitalização. Os dados são selecionados utilizando os dados mais robustos, disponíveis, e frequentemente recolhidos ao nível geográfico adequado (TL2 ou TL3). Com certos indicadores, são feitos cálculos para apresentar o indicador na unidade de análise mais relevante e comparável.

Referências

- ANACOM. (2021). *Avaliação do desempenho dos serviços móveis e da cobertura GSM, UMTS e LTE*. Obtido em <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1617537>
- CCDR Centro. (2022). *Programa Operacional do Centro - Relatório mensal*,. doi: <http://centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais-2/boletim-mensal-centro-2020-julho-de-2022/download>
- CCDR-Centro. (2020). *Especialização Produtiva do Centro*. Coimbra: CCDR-Centro. Obtido em <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo32/index.html>
- CCDR-Centro. (2022). *Inquérito Satisfação dos Residentes no Centro 2022*. Coimbra: CCDR. Obtido em <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo49/index.html>
- DGEG. (2022). *Renewables*. doi:<https://www.dgeg.gov.pt/media/cjnfkck0/dgeg-arr-2022-12.pdf>
- Duarte, V., & Belejo Correia, T. (2022). "Portugal: uma primeira avaliação do impacto da guerra na Ucrânia", CaixaBank Research. Obtido a partir de <https://www.caixabankresearch.com/en/economics-markets/activity-growth/portugal-first-assessment-impact-war-ukraine>.
- Energias Endógenas de Portugal. (2021). *Parques Eólicos em Portugal*. Recuperado a 16 de Novembro de 2022, em https://e2p.inegi.up.pt/relatorios/Portugal_parques_eolicos_2021.pdf.
- Comissão Europeia. (2022). *Previsão Económica Europeia, Primavera de 2022*. doi:https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/economy-finance/ecfin_forecast_spring_2022_box-i-2-2_en.pdf.
- Governo de Portugal. (2022). *Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2022*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Retrieved from <https://files.dre.pt/1s/2022/12/23900/0001000020.pdf>
- Muringani, J., Fitjar, R. D., & Rodríguez-Pose, A. (2021). Capital social e crescimento económico nas regiões da Europa. *Ambiente e Planeamento A: Economia e Espaço*, 53(6), 1412-1434. doi:<https://doi.org/10.1177/0308518X211000059>
- OCDE. (2019). *Fazer com que a descentralização funcione: Um Manual para Decentralizadores*. Paris: OECD Publishing. doi: <https://doi.org/10.1787/g2g9faa7-en>.
- OCDE. (2020). *Descentralização e Regionalização em Portugal: Que Cenários de Reforma?, Estudos de Governança a Múltiplos Níveis da OCDE*. Paris: OECD Publishing, Paris. doi:<https://doi.org/10.1787/fea62108-en>.
- OCDE. (2020). *Descentralização e Regionalização em Portugal: Que Cenários de Reforma? Em Estudos de Governança a Vários Níveis da OCDE*. OECD Publishing, Paris. doi:10.1787/fea62108-en
- OCDE. (2020). *Como vai a vida? 2020: Medindo o Bem-estar*. Paris: OECD Publishing. doi:<https://doi.org/10.1787/9870c393-en>.
- OCDE. (2021). *Inquéritos Económicos da OCDE: Portugal 2021*. Paris: OECD Publishing. doi:<https://doi.org/10.1787/13b842d6-en>.
- OCDE. (2022). *Prestação de Serviços de Qualidade a Todos no Alentejo: Preparing Regions for Demographic Change, OECD Rural Studies*. Paris: OECD Publishing. doi:<https://doi.org/10.1787/63ffb4d7-en>.
- OCDE. (2022). *Prestação de Serviços de Qualidade a Todos no Alentejo: Preparar as Regiões para a Mudança Demográfica. Em Estudos Rurais da OCDE*. OECD Publishing, Paris. doi:10.1787/63ffb4d7-en
- INE. (2020). *Estatísticas de Turismo: 2019*. Lisboa : INE. Obtido a partir de <https://www.ine.pt/xurl/pub/133574>.
- INE. (2022). *Produtividade aparente do trabalho (Base 2016 - euros) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas Económicas Regionais*,. Obtido a partir de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009972&contexto=pi&se.
- INE. (2022). *Anuário Estatístico de Portugal - 2021*. Lisboa: INE. Obtido em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=568170388&att_display=n&att_download=y
- INE. (2022). *Estatísticas de Turismo: 2021*. Lisboa : INE . Obtido a partir de <https://www.ine.pt/xurl/pub/2212292>.

Descubra mais em

regions@oecd.org

www.oecd.org/regional/globalisation

More information:
www.oecd.org/cfe

Follow us on



@OECD_local | #OECDregions |



/company/oecd-local/

WP: oecdcoquito.blog/



Co-funded by
the European Union